




Artigo livre

Aliança empresarial-militar no Brasil: campos de interação (1950 – 1964)

Renato Luís do Couto Neto e Lemos, *Universidade Federal do Rio de Janeiro*   

Palavras-chave:

aliança
empresarial-
militar;
contrarrevolução;
anticomunismo

Resumo. Este artigo trata da identificação ideológica entre segmentos empresariais e militares brasileiros no período 1950-1964. O foco principal está em viagens e eventos corporativos que a Escola Superior de Guerra (ESG) e entidades civis promoviam para estreitar os laços entre militares e civis. Essas relações se desenvolveram no ambiente da chamada Guerra Fria, quando a intensa polarização ideológica entre os campos capitalista e comunista e o temor de uma nova Guerra Mundial levaram segmentos civis e militares a formularem estratégias contrarrevolucionárias conjuntas.

Keywords:

business-military
alliance;
counterrevolution;
anticommunism

[EN] **Business-military alliance in Brazil: fields of interaction (1950 – 1964)**

Abstract. This article discusses the ideological identification between Brazilian business and military sectors in the period from 1950-1964. The main focus is on corporate trips and events that the Escola Superior de Guerra (ESG) and civil entities promoted to strengthen ties between military and civilian personnel. These relations developed in the context of the so-called Cold War, when the intense ideological polarization between capitalist and communist camps and the fear of a new World War led civil and military sectors to formulate joint counterrevolutionary strategies.

Palabras clave

alianza
empresarial-
militar;
contrarrevolución;
anticomunismo

[ES] **Alianza empresarial-militar en Brasil: campos de interacción (1950 – 1964)**

Resumen. Este artículo aborda la identificación ideológica entre segmentos empresariales y militares brasileños en el período 1950-1964. El foco principal está en los viajes y eventos corporativos que la Escuela Superior de Guerra (ESG) y entidades civiles promovieron para fortalecer los vínculos entre militares y civiles. Estas relaciones se desarrollaron en el entorno de la llamada Guerra Fría, cuando la intensa polarización ideológica entre los campos capitalistas y comunistas y el temor a una nueva Guerra Mundial que llevaron a segmentos civiles y militares a formular estrategias contrarrevolucionarias conjuntas.

Introdução

Este artigo¹ tem como tema a identificação ideológica entre segmentos empresariais e militares brasileiros no período 1950 – 1964. Essa relação se desenvolveu no clima da chamada Guerra Fria, quando a intensa polarização ideológica entre os campos capitalista e comunista e o temor de uma nova guerra mundial levaram segmentos civis e militares a formularem estratégias contrarrevolucionárias conjuntas.

Trata-se de um assunto que remete aos estudos sobre as relações entre civis e militares em geral. Uma volumosa historiografia tem-se dedicado a elas de diversos ângulos, predominando a abordagem liberal que se preocupa com o “controle civil sobre o poder militar”, supondo a existência de uma contradição ideológica essencial entre os dois elementos, decorrente das distintas formas de inserção de civis e militares na sociedade (Oliveira, 2005). A abordagem que será apresentada aqui adota o ângulo oposto, mirando a identificação ideológica entre civis e militares em face de questões relativas aos conflitos políticos e sociais, mas articuladas com características estruturais da sociedade capitalista brasileira. Necessidades do processo de acumulação de capital e do desenvolvimento das capacidades militares justificam o foco específico nas relações entre empresários e militares.

As relações empresariais-militares práticas estão sempre sintonizadas com os temas da conjuntura. No período escolhido para análise, marcado pela emergência combinada do militarismo e do anticomunismo (Lemos, 2020), segmentos militares desenvolveram um aparelho de Estado – a Escola Superior de Guerra (ESG) – destinado a elaborar uma doutrina e instituir práticas com o fim de preparar a participação do país em uma eventual nova guerra mundial e na luta interna contra o comunismo. Por seu turno, segmentos civis brasileiros – empresariais, em especial – internalizaram essa percepção e militaram em prol do desenvolvimento de uma

¹ João Pedro Thimoteo leu uma primeira versão deste texto e suas sugestões foram incorporadas na medida do possível.

parceria com militares em torno dos mesmos fins, estabelecendo uma intensa interação com a ESG.

Entre os instrumentos de ação atribuídos à ESG em sua constituição, este artigo destaca aqueles que incluíam setores civis, como cursos, palestras e viagens de estudos. Estas, particularmente, estavam imbuídas de uma significação estratégica para a aproximação empresarial-militar, negligenciada pela historiografia dedicada aos assuntos militares e, especificamente, à ESG. Pela importância que lhes atribuo e pela lacuna historiográfica a seu respeito, constituem o núcleo deste artigo.

A Escola Superior de Guerra e as viagens pedagógicas

A Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada em uma conjuntura de extremas tensões políticas e ideológicas. Costuma-se apontar algumas questões do pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) como elementos explicativos das suas características. Militarismo e anticomunismo, em especial, foram formulações político-ideológicas que orientaram um grupo de oficiais oriundos da Força Expedicionária Brasileira (FEB), com a qual participaram do conflito na Itália, sob o comando do Exército dos Estados Unidos, a projetar uma instância de estudos e pesquisas que teve como primeiro modelo o *National War College* daquele país.

No tocante à aproximação aos empresários, particularmente, questões postas na agenda nacional do pós-Segunda Guerra ofereceram caminhos para as conexões civil-militares. De acordo com Maria José Trevisan, era intenção dos industriais, já em início da década de 1950, conquistar as Forças Armadas “[...] para o seu ponto de vista, como um aliado importante na luta política” (Trevisan, 1986, p. 57). Um “[...] projeto político do empresariado” cuidava com “[...] especial atenção das relações entre a indústria e o Exército, estabelecendo a industrialização como ponto de convergência de interesses dos dois grupos” (Trevisan, 1986, p. 57). A ESG, também, cumpriu essa função. Tratava-se de:

[...] uma Escola formada para segmentos de elites militares e civis, a partir de um projeto comum de desenvolvimento e da relação com o capitalismo internacional e também – por que não dizê-lo? – contra sua alternativa, o ‘perigo comunista’. Formá-las a partir de ideias comuns, torná-las organizadas e mesmo disseminadoras desses novos valores foi a sua missão (Ferraz, 1997, p. 98).

Isso foi o que concluiu Alfred Stepan, o primeiro analista acadêmico que tomou a ESG como objeto. Para ele, a escola foi anticomunista, desde a sua origem, sempre esteve engajada na Guerra Fria: “Mesmo antes que a ênfase na Guerra Fria mudasse, nos Estados Unidos, da guerra atômica para a revolucionária, a ESG tornou-se o centro do pensamento ideológico relativo à estratégia contrarrevolucionária no Brasil” (Stepan, 1975, p. 132)². Francisco Ferraz conecta a observação de Alfred Stepan à conjuntura política nacional em que a ESG foi criada.

Além de proporcionarem maior atenção ao problema do desenvolvimento interno do que aos da política mundial, os organizadores brasileiros da ESG tinham ainda uma preocupação adicional: o potencial crescimento das esquerdas, especialmente do Partido Comunista, no Brasil, aliado à grande ocorrência de greves no país, nos primeiros anos do pós-guerra. O rompimento de relações com a União Soviética, a cassação do Partido Comunista e a feroz repressão sindical foram as respostas do governo Dutra a essa situação³. A criação da ESG vem então como corolário desse novo tipo de combate para, nas palavras de Cordeiro de Farias, ‘criar lideranças civis e militares para enfrentar a eventualidade de um novo estilo de guerra, não mais circunscrita à frente de batalhas e ao palco de lutas, mas transformada em fato total, que afeta a sociedade por inteiro e toda a estrutura de uma nação’ (Camargo; Góes, 1981, p. 413).

Este é o elemento-chave para a discussão que proponho aqui. A abertura para civis traduziu uma preocupação estratégica da ESG: desenvolver um conceito de segurança nacional que ultrapassasse as fronteiras entre civis e militares. Em tempos de guerra total, quando a vitória passou a depender da retaguarda econômica

² A primeira edição, em inglês, é de 1971.

³ Ver, a propósito, Pomar (2002).

disponível às nações beligerantes, a “união civil-militar” tornou-se uma meta estratégica.

A historiografia parece, ainda, não se ter dado conta, adequadamente, desse conteúdo formador das relações civis-militares. Este é, por exemplo, um aspecto falho na abordagem do artigo *A aliança empresarial-militar e a ditadura brasileira: a atuação de empresários em escolas militares e de integrantes das forças armadas em companhias privadas durante o regime pós-1964*, um dos mais recentes publicados sobre o tema na área acadêmica (Campos; Vasconcelos, 2021). Os autores não enquadram a questão em uma temporalidade suficientemente ampla, procedimento necessário para a percepção dos conteúdos duradouros da aliança analisada. Mesmo considerando que o foco do artigo está no período ditatorial, é preciso considerar que os pilares das relações civis-militares nesse período surgem de desenvolvimentos situados nas décadas de 1940 e 1950, e obedecem a eles na década de 1960. O trabalho em questão recua, ligeiramente, aos anos 1930, mas focalizando apenas relações já bem conhecidas entre militares e setores econômicos. Na pesquisa, cujos resultados foram publicados com o título *A aliança empresarial-militar no Brasil: anticomunismo e segurança nacional (1949-1964)* (Lemos, 2020) estão indicados elementos que forjaram essa aproximação, datados dos primeiros anos do pós-Segunda Guerra Mundial, mas o trabalho que venho comentando comete uma distração historiográfica em relação a eles. A despeito das coincidências no título e na temática, o artigo publicado primeiramente não é chamado a um diálogo – aliás, sequer consta da sua lista de fontes bibliográficas. Tem-se, aí, um desperdício heurístico, já que se trata de uma questão histórica muito pouco considerada, e não é razoável descartar qualquer tentativa de analisá-la. A principal contribuição do trabalho, nesse sentido, foi ignorada: a aproximação entre a ESG e entidades empresariais – a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), em especial.

É insuficiente analisar a “aliança empresarial-militar” apenas a partir de situações individuais: empresários que cursam a ESG, militares que ocupam cargos de relevo em empresas. Tampouco é suficiente analisar a importância da ESG no processo

político apenas a partir da sua produção escrita. Ela influenciou setores da sociedade por vários meios, muitos deles incorporados a seu método pedagógico.

Além disso, há um tema relativo à formação social brasileira, derivado do seu caráter capitalista, que confere à aproximação civil-militar um sentido estrutural. Eu me refiro ao interesse no setor econômico, mais particularmente na produção industrial. É própria da atividade militar a vocação tecnológica, dada a importância que tem para o desempenho de suas “missões”⁴. Nas condições específicas da Guerra Fria, essa relação teve as suas dimensões ampliadas em função da crença na iminência de nova Guerra Mundial. Tornou-se central a questão da “mobilização nacional”, com foco na “mobilização industrial”, como observa Francisco Ferraz.

O que se quer salientar é que a ‘mentalidade de mobilização’ exigida pela guerra expandiu o alcance de questões anteriormente militares para o todo social. É dessa maneira que a gestão da questão social, que já começava a apresentar fissuras (malgrado a repressão e a legislação do Estado Novo), é incorporada à problemática da mobilização nacional. E, nesse caso, a mobilização nacional pode significar a sua antinomia: a desmobilização de segmentos politizados e potencialmente recalcitrantes que não participavam ou se opunham ao pacto populista e à política autoritária.

Terminada a II Guerra, esta ‘mentalidade’ sofreria algumas modificações. À bipolaridade cada vez maior entre as potências vencedoras se acrescenta uma nova fase da economia mundial capitalista, com estratégias delineadas para o embate bem mais que econômico: tratava-se de estender, através da organização de grupos de elites nativas (setores de elites militares, tecno-empresariais e empresariais), o projeto estratégico do capitalismo organizado transnacionalmente. *O fim do conflito mundial marcaria com tons mais fortes a crescente associação orgânica entre a perspectiva de mobilização estratégica de cunho militar e as necessidades de expansão e manutenção do capitalismo ocidental.* Um exemplo dessa aproximação do pensamento estratégico pós-guerra com o mundo empresarial, no Brasil, foram os cursos seminários e conferências que a Escola Brasileira de Administração Pública, criada e mantida pela Fundação Getúlio Vargas [FGV], ministrou, na década de 1950, a estabelecimentos militares, como a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Estado-Maior do Exército, Escola de Instrução Especializada do Exército e Escola Superior de Guerra, sobre vários temas de

⁴ Sobre o tema, consultar McCann (1982).

administração pública e privada, relações humanas e relações públicas. Tais contatos desfrutavam de reciprocidade, com o convite de oficiais superiores para se pronunciarem sobre temas estratégicos ao público civil (Ferraz, 1997, p. 87-88, grifo próprio).

É sintomática a relação estabelecida entre um dos departamentos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) – o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) – com setores militares já em 1949, portanto, antes que a ESG entrasse em funcionamento oficial. Rafael Brasil informa:

Nascido como ‘órgão técnico-científico aparelhado para possibilitar à indústria, comércio e demais ramos de atividades, bem como a repartições públicas’ o acesso a recursos diversos no campo da psicotécnica para lidar com ‘os problemas de formação dos indivíduos e de seu ajustamento ao trabalho e ao meio social’, o ISOP mantinha vínculos com segmentos militares conforme transparece em diferentes relatórios anuais da FGV. Ainda em seus primórdios, Mira y López [psicólogo e o seu primeiro diretor] relatava a aproximação do instituto com o Gabinete Psicotécnico da Marinha e com a Escola de Comando da Aeronáutica, onde realizou duas conferências sobre ‘guerra psicológica’ (FGV, 1949 *apud* Brasil, 2020, p. 100).

É ainda o autor quem destaca “[...] o interesse especial das ‘classes armadas’ nacionais” pelas atividades do ISOP, transcrevendo trecho do seu relatório de 1949.

As mais altas patentes do Exército brasileiro, interessados em seguir as diretrizes da psicotécnica militar, promoveram diversas visitas ao ISOP, sendo atendidas pela Presidência, Diretoria Executiva da FGV e pessoal deste órgão. Como resultado dos entendimentos verbais, então desenvolvidos, se processaram diversos cursos, visitas e trabalhos da Diretoria Técnica e de vários membros técnicos do ISOP. Foi-nos possível, assim, prestar orientação e colaborar em diversos problemas psicotécnicos na Escola de Aeronáutica, Escola de Estado-Maior da Aeronáutica, Escola de Estado-Maior do Exército, Diretoria de Ensino do Exército, Diretoria de Ensino da Aeronáutica, Polícia Militar e Escola de Transmissões do Exército. Também se iniciaram entendimentos com o Serviço de Saúde da Armada (FGV, 1949 *apud* Brasil, 2020, p. 100).

A listagem de cursos ministrados pelo ISOP a militares em 1949 é indicativa da busca desses profissionais por uma formação especializada em aspectos da nova forma de guerra – a guerra total.

Curso de 10 aulas de psicologia militar, na Biblioteca do Centro de Estudos Militares do Ministério da Guerra; curso de 10 aulas de psicologia aplicada às Forças Armadas, na Escola do Estado Maior da Aeronáutica; curso de 6 aulas de problemas de psicotécnica militar, na Escola do Estado Maior do Exército; curso de 8 aulas sobre psicologia aplicada à Aeronáutica Militar do Campo dos Afonsos; curso de 3 aulas sobre princípios de seleção militar, na Polícia Militar; curso de 30 aulas sobre psicotécnica e psicologia militar, na Diretoria de Ensino do Exército, no Ministério da Guerra, além de 2 sessões de trabalho no ISOP; duas conferências na Escola de Transmissões do Exército, a respeito de problemas de seleção e treinamento (FGV, 1949 *apud* Brasil, 2020, p. 100).

Por esse e outros caminhos, conformou-se um terreno de aproximação objetiva entre empresários e militares. A ESG foi um instrumento privilegiado para a efetivação e a consolidação desse laço. Os seus cursos e as publicações internas contribuíram para a sistematização das relações entre os dois segmentos da sociedade brasileira. Mas essas conexões envolveram outras práticas que ajudaram a disseminar os valores empresariais-militares, não só relacionados às formas de “mobilização”, mas também à questão da “segurança nacional”. Entendida, esta, de maneira que, dando grande importância à retaguarda econômica da defesa nacional externa e da ordem interna, as atividades “acadêmicas” relacionadas com a “segurança nacional” contribuíram para o aprofundamento da identidade empresarial-militar: organização conjunta de eventos acadêmico-políticos – seminários, cursos, palestras –, homenagens recíprocas etc.

Uma das práticas de grande importância e, surpreendentemente, quase ignorada pela historiografia, foram as viagens curriculares feitas pelos estagiários – como eram chamados os frequentadores dos cursos – ao final do período letivo. Cláudio Beserra de Vasconcelos, por exemplo, dispõe-se a estudar “[...] como os estagiários da ESG

contribuíram na elaboração de estratégias e ações políticas que resultaram na transformação das estruturas do Estado brasileiro durante a ditadura” (Vasconcelos, 2020, p. 187), mas, infelizmente, sequer menciona as práticas de viajar às áreas de produção econômica, especialmente as industriais, nem os contatos com empresários e suas entidades. Chega perto do problema:

É claro que a relação entre militares e civis não ocorria apenas a partir da intervenção da ESG. Tampouco ela foi a precursora ou a mais importante instituição nesse processo, mas exerceu papel fundamental no seu desenvolvimento nos anos 1950 e 1960 (Vasconcelos, 2020, p. 192).

Na Conclusão, sintetiza quase todos os indicadores da importância do trabalho formador que a ESG desenvolveu no período prévio ao golpe de 1964.

Creio ser difícil subestimar o peso da ESG no pós-1964. Além de servir para integrar elites civis e militares, não é possível ignorar que muitos dos graduandos [*sic*] da Escola ocuparam cargos importantes em instituições políticas e econômicas após o golpe de Estado e, principalmente, nos seus cursos, foram elaboradas, sintetizadas e reproduzidas teses sobre o processo de desenvolvimento brasileiro, muitas adotadas após o golpe de 1964 (Vasconcelos, 2020, p. 214).

Faltou, contudo, mencionar o trabalho em favor da construção e da consolidação de uma identidade civil-militar em torno de valores ideológicos congruentes com uma perspectiva classista burguesa. Durante as viagens, os estagiários interagiam com empresários e participavam de uma intensa troca ideológica. Eram sensibilizados, em especial, para identidades derivadas das afinidades resultantes das “vocações” de industriais e militares em termos de tecnologia e produtos civis para a “mobilização industrial”.

Já Everton Rodrigo dos Santos apresenta uma interpretação das relações civis-militares limitada por se preocupar, exclusivamente, com os seus conteúdos de dominação, ignorando os seus elementos de identidade. O seu trabalho valoriza o

entendimento que Edmundo Campos Coelho tem da ESG como portadora de uma ideologia militar “a serviço dos próprios interesses” e desprovida de caráter classista (Coelho, 1976 *apud* Santos, 2010, p. 21). A minha ideia de estudar a aproximação empresarial-militar é, ao contrário, exatamente, indicar o conteúdo classista da visão e da prática da ESG, inerente ao espírito que orientou a sua constituição e até os seus objetivos estatutários. Por outro lado, o autor faz observações pertinentes quando analisa o papel potencial que os estagiários cumpriam na dinâmica de trabalho da ESG, definindo-os como

[...] atores que ocupam posições determinantes no espaço social, ou seja, aqueles que detêm um volume global de capitais (quer seja econômico, cultural ou político.). Assim, professores universitários, juristas, deputados estaduais, empresários, oficiais das Forças Armadas recrutados possuem uma diferenciação em termos de capitais muito diferentes de sindicalistas, trabalhadores populares ou praças do exército.

Evidentemente, os recrutamentos cumprem um papel importante à medida que os atores ocupam ‘posições-chave’ no espaço social, suas capacidades de influenciar e deliberar, posteriormente, são, obviamente, mais potentes do que aqueles que ocupam posições inferiores e, portanto, detentores menores de capital global (Santos, 2010, p. 54)⁵.

A perspectiva que adoto apoia-se nas análises das relações civis-militares no período anterior ao golpe de 1964 desenvolvidas por René Armand Dreifuss (1981)⁶. A sua pesquisa oferece elementos para uma síntese precisa dos fundamentos ideológicos das conexões entre civis e militares envolvidos na luta pela “modernização conservadora” do capitalismo brasileiro durante o período 1946-1964. Ele compartilha com Alfred Stepan a convicção de que a “experiência ideológica” na FEB foi fundamental para que “um pequeno grupo dentro das Forças Armadas” aderisse a uma perspectiva “[...] modernizante-conservadora” de desenvolvimento econômico

⁵ O autor declara fazer uso livre dos conceitos de “capital” e “espaço social”, formulados pelo sociólogo Pierre Bourdieu.

⁶ Ver, especialmente, o item “Os oficiais militares” do capítulo 3.

no Brasil. Essa perspectiva se teria fortalecido com a “[...] participação em cursos de instrução e treinamentos nos Estados Unidos” (Dreifuss, 1981, p. 77-78).

A aproximação civil-militar era praticada como uma relação que extrapolava o terreno estritamente militar, envolvendo conexões sociais diversificadas. Uma gama variada de representantes da sociedade civil e do Estado frequentava os cursos abertos a civis, como aponta Francisco Ferraz:

Um dos fatos históricos mais instigantes nesses relacionamentos, e que *merece ainda um estudo mais aprofundado*, é a aproximação entre empresários, tecnocratas, militares e funcionários da administração pública de médio e alto escalão, a partir de pontos em comum, como estilos de vida, afinidade sociais, valores éticos e religiosos, formação acadêmica, pertencimento a agremiações, clubes de serviço, associações, sua autoimagem, a auto-concepção de seu(s) papel(eis) nos momentos de conciliação e/ou conflito etc. (Ferraz, 1997, p. 120, nota 32, grifo próprio).

O “estudo mais aprofundado” desses “relacionamentos” tem uma indicação pioneira na atenção que Alfred Stepan deu ao programa de viagens dos estagiários da ESG no contexto do seu projeto pedagógico⁷. O curso, de um ano, era organizado em torno de conferências e seminários “que tentavam determinar os objetivos básicos para o Brasil, os obstáculos a esses objetivos e os meios específicos de atingi-los”.

Além das conferências ministradas pelo quadro civil e militar permanente, muitas conferências eram dadas por importantes ministros e tecnocratas do governo, expondo, assim, os estudantes a pontos de vista políticos diferentes. Uma parte essencial do curso era constituída por três ou quatro viagens extensas por todo o Brasil, a fim de se inteirarem *in loco* dos problemas e projetos ligados ao desenvolvimento e segurança nacionais, tais como novos projetos hidrelétricos, novos complexos industriais, a indústria nacional do aço, principais projetos de habitação para favelados, o órgão regional de desenvolvimento - Sudene, programas de ação cívica e novas táticas de guerra contrarrevolucionária (Stepan, 1975, p. 131).

⁷ Arruda (1980, p. 12) informa que as viagens de estudo – duas ou três viagens de estudos para que os estagiários e integrantes do Corpo Permanente pudessem “[...] ter contato direto com aspectos relevante de terminadas áreas” – faziam parte do método pedagógico concebido pela ESG.

Entretanto, o autor não atenta para um detalhe importante nas “viagens de estudos” dos estagiários em território nacional: a interação com empresários, em especial, industriais. Nesse sentido, poderá ser considerado, com a sua obra pioneira, o iniciador de uma perspectiva historiográfica que não tira certas conclusões possíveis e necessárias do estudo das relações entre civis e militares. Na historiografia dessas relações e da ESG, em particular, não se analisa a questão das conexões empresários-militares do mesmo ângulo que proponho: o da identificação com o desenvolvimento da indústria e, por extensão, o capitalismo.

O general Osvaldo Cordeiro de Farias, primeiro comandante da ESG, apontava o conhecimento da realidade brasileira como o elemento de identidade entre pessoas de tão variada formação, e para isso as viagens eram fundamentais:

O que a ESG faz é dar em seus estagiários um banho de Brasil. Durante o curso, eles passam um período de dois meses visitando o país: diferentes regiões, instalações industriais, hidrelétricas etc. Agora, está-se então um passo a mais: frequentemente, os estagiários são convidados a visitar países estrangeiros, a fim de mostrar ao exterior o que é a ESG (Camargo; Góes, 1981, p. 416).

As viagens pelo Brasil pretendiam, segundo ele, contribuir para a formação de “[...] um quadro geral das condições de desenvolvimento do país”: “Essas viagens tinham como objetivo permitir que as pessoas se aproximassem de uma realidade que mal conheciam”. Tal atividade era organizada de maneira meticulosa: “Antes de dar início às viagens, nós nos entendíamos com as autoridades dos locais a serem visitados, solicitando que organizassem conferências para os estagiários” (Camargo; Góes, 1981, p. 426). Já René Dreifuss identifica, nessas viagens, meios pedagógicos voltados para a intensificação dos laços de identidade político-militar com o centro imperialista: “Dois veículos foram cruciais no processo de educação e treinamento. Um deles era a Escola Superior de Guerra – ESG –, cujas turmas eram levadas

anualmente aos Estados Unidos em viagens minuciosamente preparadas, completando assim um ano de informação dirigida” (Camargo; Góes, 1981, p. 79).

O modo de estruturação e funcionamento da ESG ensejou um dos caminhos de aproximação civil-militar na conjuntura. E ele se deu, aponta René Dreifuss, por meio do mecanismo fundamental da “congruência” ideológica entre militares e empresários no curso das atividades de “educação e treinamento” da escola.

Esses oficiais militares partilhavam de um alto grau de congruência de valores com os tecno-empresários; muitos desses últimos eram conferencistas assíduos na ESG, para onde levavam seus próprios valores desenvolvimentistas. [...] Algumas figuras proeminentes das associações de classe empresariais também apresentavam e conseguiam a aceitação de suas ideias em favor de um desenvolvimento industrial capitalista através de suas conferências e publicações. O grupo da ESG compartilhava com os interesses multinacionais e associados tanto a perspectiva quanto o sentido de urgência em transformar o ritmo e a orientação do processo de crescimento em direção à criação de uma sociedade industrial capitalista.

Entretanto, não era só a questão de *congruência de valores* que ligava as posições dos empresários às de alguns oficiais militares. É importante notar que já em meados da década de cinquenta e mais ainda em princípios da década de sessenta, a participação militar na empresa privada era uma realidade, embora esse fenômeno não fosse tão difundido quanto a sua participação em agências tecno-burocráticas estatais ou sua presença nos conselhos de diretoria das corporações multinacionais e associadas após 1964. Alguns oficiais militares eram diretores importantes ou acionistas de corporações privadas. [...]

A aproximação ideológica entre os militares brasileiros e empresários e seus pontos de vista em comum quanto aos caminhos e meios que levariam ao crescimento industrial foram traduzidos no acordo militar de 1952 entre o Brasil e os Estados Unidos (Camargo; Góes, 1981, p. 78, grifo próprio).

Alfred Stepan já anotara, em inícios da década de 1970, a contribuição da ESG para o estreitamento dos laços ideológicos entre os estagiários e os EUA:

Gradativamente, desenvolveu-se a tradição de cada turma viajar aos Estados Unidos como convidados do governo norte-americano, visitando os principais complexos militares e industriais. As visitas

incluíam, normalmente, um breve encontro com o presidente norte-americano (Stepan, 1975, p. 131).

Combinavam-se as viagens com os acordos militares Brasil – Estados Unidos, em especial o Programa de Assistência Militar – PAM – e o Acordo de Assistência e Defesa Mútua. Constituíam veículos de “doutrinação político-ideológica”, que, concatenando-se, perfeitamente, à informação “técnica”, conformavam uma visão que “[...] identificava a mente militar das Américas com o centro militar hegemônico, assim como a uma forma específica de desenvolvimento socioeconômico” (Dreifuss, 1981, p. 79).

Das viagens aos EUA, os estagiários traziam na bagagem “[...] as ideias e as atitudes maniqueístas dominantes no cenário internacional da Guerra Fria” (Dreifuss, 1981, p. 79). Os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ocupavam os lugares, respectivamente, do Bem e do Mal. Também vinham do mercado ideológico estadunidense, para serem agregadas ao repertório esguiano, “[...] normas de desenvolvimento associado a valores empresariais, ou seja, um crescimento cujo curso industrial foi traçado por multinacionais e um Estado guiado por razões técnicas e não ‘políticas’” (Dreifuss, 1981, p. 79). Esse Estado, destaca René Dreifuss, obteria estabilidade por meio do “[...] autoritarismo político incorporado na doutrina de segurança nacional”, assim como no que o autor chama de “ideologias americanas” de “construção nacional”, disseminadas entre as Forças Armadas Brasileiras e “reforçadas pela doutrinação empresarial” (Dreifuss, 1981, p. 79).

O argumento em prol do desenvolvimento era apresentado na ESG somente por empresários, tecno-empresários e, em menor escala, por políticos, assim como por convidados estrangeiros, tanto civis quanto militares.

A ESG, como centro nodular de doutrinação para os militares de uma forma específica de desenvolvimento e segurança nacional baseados nas premissas do capitalismo hemisférico, *era também um instrumento para o estabelecimento de ligações orgânicas entre militares e civis*, tanto no aparelho estatal quanto nas empresas privadas (Dreifuss, 1981, p. 79-80. grifo próprio).

Eventos de interação entre a ESG e civis

Conexões entre a ESG enquanto instituição, esguianos – estagiários, membros do Corpo Permanente, comando –, colaboradores convidados, entidades empresariais, empresários, técnicos e políticos podem ser percebidas, desde o início do seu funcionamento, em 1950, na dinâmica de atividades conjuntas entre essas diversas categorias. As tabelas que se seguem pretendem apresentar, a título de exemplo, apenas algumas informações fornecidas pela imprensa. Ainda assim, o resultado é bastante volumoso. Eu entendo que o seu valor heurístico e o ineditismo em publicações acadêmicas compensam eventuais prejuízos estilísticos impostos por tabelas extensas. Os dados não resultam de um levantamento exaustivo nessa fonte nem incluem informações oficiais que a ESG, entidades empresariais, acadêmicas e filantrópicas, clubes etc. talvez guardem em seus arquivos. A sucessão dos eventos nas tabelas sofre interrupções para a inserção de comentários meus relativos à questão das conexões civis-militares, com destaque para as que envolveram empresários ou entidades empresariais.

ANO	EVENTO	FONTE
1950	Universidade de São Paulo patrocina, em parceria com a ESG, conferência intitulada “A Escola Superior de Guerra e a guerra total	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 9 de junho de 1951, p. 6.
1950	Delegação da ESG comparece, em Recife, a palestra sobre “Economia Agropecuária da Cana de Açúcar”, proferida pelo governador de Pernambuco Barbosa Lima Sobrinho durante reunião plenária do Rotary Clube. ⁸ Recebida pela Associação Comercial de Recife, a comitiva também visita os poços e a Refinaria de Mataripe, na Bahia. Em reunião semanal do Rotary, Francisco Vera, diretor da Associação Comercial de Pernambuco ressalta “o valor daquela visita, tratando-se de representantes de uma Escola Superior de Guerra, que é, no seu entender,	<i>Diário de Pernambuco</i> , Recife, 21 de setembro de 1950, p. 6, e 22 de setembro de 1950, p. 3, 29 de setembro de 1950, p. 5; <i>Correio Paulistano</i> , São

⁸ Ver uma discussão sobre a “ideologia Rotary” em Bianchi (2018).

	<i>uma das instituições mais sérias no país e que está destinada a prestar grandes serviços</i> ⁹ , tendo em vista a qualidade dos seus professores e estagiários, bem como as instruções que leva aos altos funcionários da República, acerca dos estudos que vêm realizando no interesse de esclarecer os problemas magnos do país”.	Paulo, 24 de setembro de 1950, p. 3.
1951	Euvaldo Lodi ¹⁰ faz na Escola Superior de Guerra da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, palestra sobre a indústria nacional e sua capacidade de mobilização para a guerra. Após os debates, vários brigadeiros se dirigem ao bairro Bangu com o objetivo de visitar as fábricas lá existentes.	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 22 de junho de 1951, p. 3.
1951	O EMFA e a ESG chegam a São Paulo com o objetivo oficial de fazerem “observações complementares às conferências sobre assuntos econômicos”. Visitam vários institutos e estabelecimentos industriais – Laminação Nacional de Metais, fábrica da General Eletric, Braz Motor Co., Cia. Nacional Forjagem de Aço Brasileiro – Confar, Nitroquímica, General Motors, Metal Leve S. A., Fábrica de Aparelhos de Ótica, Cia. Material Ferroviário – Cobrasma, fábrica de pneus Goodyear, Pirelli S. A. e Phillips.	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 29 de agosto de 1951, p. 12; 5 de setembro de 1951, p. 5.
1951	Estagiários da ESG viajam à Minas Gerais, onde visitam Ouro Preto, à zona industrial de Belo Horizonte e à zona metalúrgica do estado.	<i>Diário de Pernambuco</i> , Recife, 3 de outubro de 1951, p. 3.
1951	Oficiais gerais das três armas da Escola Superior de Guerra viajam ao Rio Grande do Sul para conhecer o seu parque industrial. Visitam indústrias particulares em Caxias do Sul, Novo Hamburgo, São Leopoldo, bem como obras públicas em execução, como usinas hidro e termoeletricas.	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1951, p. 6.
1951	Durante a Semana da Marinha, e a convite da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, estagiários da Escola Superior de Guerra da Marinha ¹¹ visitam vários estabelecimentos fabris da capital e de municípios vizinhos: Firestone S. A. Indústria de Pneus, em Santo André, Indústria de Ótica e Precisão, em Indianópolis, Estamparia Caravelas, no Paraíso, Indústria Brasileira de Eletricidade Imdelsa e Fazendinha Três Caravelas.	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 11 de dezembro de 1951, p. 5; 12 de dezembro de 1951, p. 12; 14 de dezembro de 1951, p. 5.

⁹ Grifo meu. É interessante observar que a ESG ainda não completara dois anos de funcionamento e já era considerada merecedora de encômios tão entusiasmados, inspirando previsões bem otimistas.

¹⁰ Euvaldo Lodi (1896-1956) foi um empresário mineiro do ramo metalúrgico. Teve ampla e intensa militância política e sindical. Foi presidente do Centro Industrial do Brasil – CIB (1935) e da Confederação Nacional da Indústria – CNI ((1938-1954). Dias (2001).

¹¹ Provavelmente, referência à Escola de Guerra Naval (EGN), em funcionamento no Rio de Janeiro.

1952	Comitiva de estagiários da ESG chega a Salvador e segue em visita ao Instituto do Cacau, às áreas de petróleo do Recôncavo e Mataripe, à usina hidrelétrica de Paulo Afonso e às obras da Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco.	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 2-3 de junho de 1952, p. 4.
1952	Comitiva da ESG visita a Amazônia, Mato Grosso e Goiás.	<i>Diário de Pernambuco</i> , Recife, 29 de junho de 1952, p. 9.
1952	Estagiários viajam ao Amapá e visitam o Posto Agropecuário, com atenção à cultura da seringueira. Em seguida, se dirigem a Belém.	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 24 de julho de 1952, p. 2; 25 de julho de 1952, p. 1.
1952	Estagiários e professores da ESG visitam, a convite da Federação das Indústrias de Minas Gerais, as instalações da cidade industrial do estado, algumas fábricas, as usinas siderúrgicas de Sabará, Monlevade e José Brandão, as minas de Morro Velho e a indústria de alumínio de Ouro Preto.	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1952, p. 2.
1952	Grupo de 55 alunos-oficiais da Escola Superior de Guerra Naval, integrado, também, por três oficiais da Armada dos EUA, viaja a Belo Horizonte para visitar a Cidade Industrial, as instalações do Senai, a fábrica de tecidos Renascença e a organização Cifer. O grupo, que já fizera viagem semelhante a São Paulo e a Pernambuco, esteve também na Cia. Morro Velho, em Nova Lima, estando previstas visitas a Ouro Preto e Sabará, para conhecer a Cia. Belgo-Mineira.	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 4 de setembro de 1952, p. 8.
1952	Comitiva da ESG – integrada, também, por oficiais estadunidenses – viaja a São Paulo para visitar empreendimentos relacionados com os setores agropecuário, industrial e de transporte – acompanhada por engenheiros da Estrada de Ferro Central do Brasil – e uma unidade da Marinha de Guerra, em Cruzeiro. Cooperativa Agrícola de Cotia, Instituto Agrônomo de Campinas, obras da Light, oleoduto e refinaria de Cubatão, General Motors do Brasil, Indústria de Pneumáticos Firestone S. A., Laminação Nacional de Metais, Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S. A., Brasmotor, Cerâmica São Caetano S. A., Cia. Nitro-Química Brasileira, Fábrica Celosul das I. R. Francisco Matarazzo, Companhia Brasileira de Material Ferroviário, Cia. Industrial Brasileira Pirelli S. A. e Indústria Brasileira de Eletricidade Cacique. A delegação visita, ainda, a Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 1 de outubro de 1952, p. 9; 12 de outubro de 1952, p. 5; 18 de outubro de 1952, p. 13; <i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 20-21 de outubro de 1952, p. 2.

	<p>(Faresp), que organiza um encontro com representantes de associações agrícolas do estado. Em seguida, é recepcionada pela Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e entidades da lavoura. As entidades empresariais enviam telegrama ao general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, chefe do EMFA: “Estas entidades desejam manifestar a V. Excia. a grande satisfação que experimentaram hospedando a distinta oficialidade da Escola Superior de Guerra [...]. Tivemos oportunidade de manter estreito contato com os valorosos oficiais superiores de nossa Forças Armadas <i>evidenciando-se desse contato quão entrelaçados estão os problemas da defesa nacional e os da indústria brasileira</i>. Assim sendo, consideramos medida do mais alto interesse visitas dessa natureza, <i>as quais devem ser mais frequentes</i>, desejando melhor e maior entendimento dos expoentes do nosso Exército, Marinha e Aeronáutica com os líderes de nossa indústria”. Assinaram o telegrama: Antônio Devisate, presidente da Fiesp, e Franciso de Salles Vicente de Azevedo, presidente do Ciesp.</p>	
--	--	--

O telegrama indica a perspectiva da entidade representativa da mais poderosa fração industrial do país em relação à convergência de interesses empresarial-militares: problemas da defesa nacional e da indústria brasileira. As viagens dos estagiários aos parques produtivos permitiam, segundo os autores, que se estreitassem esses laços, devendo, por isso mesmo, “ser mais frequentes”.

1953	<p>Comitiva esguiana visita a Bahia para conhecer o setor cacauero e as obras da usina de Paulo Afonso; Recife, para conhecer a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco, as obras da base naval e a Companhia de Tecidos Paulista. Acompanham a comitiva civis e militares não ligados à ESG, como o <i>vice-almirante Carlos Penna Botto, que aproveitou a oportunidade para fazer propaganda da Cruzada Brasileira Anticomunista</i>¹², <i>que preside, e fazer denúncias sobre suposta infiltração comunista no governo federal</i>.</p>	<p><i>Jornal do Commercio</i>, Rio de Janeiro, 20-21 de julho de 1953, p. 3 e 26 de julho de 1953, p. 2; <i>Diário de Pernambuco</i>, Recife, 21 de julho de 1953, p. 3, e 23 de julho de 1953, p. 3, e 25 de julho de 1953, p. 7.</p>
------	--	--

¹² Houve quem considerasse Carlos Penna Botto “[...] o mais persistente e notório cruzado do anticomunismo no Brasil”. *Veja*, Rio de Janeiro, n. 231, 7 fev. 1973. p. 20-21.

1953	<p>Comitiva esguiana visita Campinas (SP) e São Paulo, onde é recepcionada por Antônio Devisate, presidente da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, e diretores das entidades. O roteiro inclui visitas a indústrias mecânicas no interior do estado – Santa Bárbara D'Oeste e Piracicaba. Nesta última, conhecem uma fábrica de celulose que aproveita o bagaço de cana das usinas da região, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Usina Metalúrgica M. Dedini S. A. e Usina de Açúcar Monte Alegre. Em Campinas, visitam o Instituto Agrônômico e o Instituto Biológico. Após visitar indústrias na capital paulista, a comitiva conhece a Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Acompanham a comitiva civis e militares não ligados à ESG, como, <i>mais uma vez, o vice-almirante Carlos Penna Botto</i>. Em seu discurso de saudação à comitiva da ESG, Devisate destaca o trabalho ideológico contrarrevolucionário preventivo desenvolvido pelos industriais paulistas por meio do Serviço Social da Indústria (Sesi): “No que tange aos problemas propriamente de assistência social aos operários, além daqueles que os industriais por si mesmos resolvem instalar em suas indústrias, vamos mais além, instituindo serviços especiais em benefício do trabalhador. Preocupamo-nos não só com a saúde física do nosso operário, mas igualmente com sua saúde moral. Os complexos serviços mantidos pelo Sesi abrangem desde o fornecimento de refeições abundantes aos trabalhadores, assistência médica, assistência esportiva etc., até a preparação moral e cívica do operário nas fábricas. Para isso, instituímos centenas de cursos de alfabetização e preparação espiritual do nosso trabalhador, tendo sempre por base o florestamento, a exaltação dos seus sentimentos cívicos, o respeito ao regime democrático, às nossas forças armadas, enfim, a mística da pátria, eterna e vigilante”.</p>	<p><i>Correio Paulistano</i>, São Paulo, 15 de outubro de 1953, p. 6, e 6 de novembro de 1953, p. 5; 17 de outubro de 1953, p. 6. Grifos meus.</p>
------	--	--

Talvez o conteúdo da fala de Devisate ajude a entender a presença do expoente anticomunista Penna Botto no evento. O discurso destacou o trabalho ideológico contrarrevolucionário preventivo desenvolvido pelos industriais paulistas por meio do Sesi. O paternalismo patronal se preocupava com a saúde física. Já o trabalho “propriamente de assistência social aos operários” constituía uma ação ideológica voltada para a sua “saúde moral”: sentimentos cívicos, adesão ao regime democrático e às Forças Armadas, patriotismo. No registro que se segue, referente à homenagem

prestada pelo presidente da Federação do Comércio de São Paulo ao comandante da ESG, surgem outros elementos fundamentais à “congruência ideológica” entre empresários e militares. O sentimento de responsabilidade solidariza todos os brasileiros diante da necessidade de pensar os problemas do país, ensejando a formação, via ESG, de uma “equipe militar e civil”, formada pelos “melhores filhos do país” e habilitada a cumprir o “dever sagrado de todos os brasileiros”: garantir a segurança nacional.

1953	<p>Luiz Roberto Vidigal, presidente da Federação do Comércio de São Paulo, oferece jantar em sua residência ao general Juarez Távora – comandante (1952-1954) e ideólogo da ESG – e à comitiva esguiana em visita ao estado. Também comparecem à recepção políticos, autoridades militares e “figuras representativas das classes produtoras e da sociedade de São Paulo”, bem como professores e estagiários da escola. Vidigal, dirigiu-se ao comandante: “Todos quantos se interessam pelo destino da Nação não podem deixar de sentir a importância desse contato amigo, em que uma das mais nobres figuras do nosso Exército se aproxima das classes produtoras de São Paulo, numa amostra da solidariedade que une todos os brasileiros na preocupação comum de pensar em profundidade os problemas do país para pesquisar em conjunto as suas soluções. O general Juarez Távora, orientando a Escola Superior de Guerra, cria a possibilidade da formação de uma equipe militar e civil capaz de impedir o extravio de um país que atravessa a quadra perigosa da sua adolescência. A verdadeira consciência de um Brasil que se abre para a maturidade vai sendo plasmada, com a firmeza que o momento exige, nos pátios ensolarados da Fortaleza de São João. [...]. A Escola Superior de Guerra leva os melhores filhos do país a uma autêntica intuição desse sentido e ao encontro dos seus verdadeiros caminhos. As classes produtoras, que eu neste momento represento, dizem aqui por minha boca: ‘queremos participar do estudo de todos os aspectos atuais da sociedade brasileira’. Queremos contribuir por todos os meios para desenvolver a coesão anímica do nosso povo. Estamos prontos a aceitar as linhas de força ideológicas capazes de estimular o processo integrador do Brasil como Nação. Temos consciência da hora grave por que passamos. Vemos e sentimos as nuvens que escondem a luz do nosso dia de amanhã. Sabemos que é dever sagrado de todos os brasileiros esforçar-se para</p>	<p><i>Correio Paulistano</i>, São Paulo, 17 de outubro de 1953, p. 5; 18 de outubro de 1953, p. 14; 24 de outubro de 1953, p. 5. Grifos meus.</p>
------	--	---

	<i>criar as condições básicas indispensáveis para a segurança nacional. Senhor general, aqui estamos para aprender, para colaborar, para servir”.</i>	
1954	O General Juarez Távora participa do Encontro das Famílias Cristãs em São Paulo, ¹³ apresentando a conferência “A participação dos trabalhadores no lucro da empresa e o salário-família”.	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1954, p. 10.
1954	Antônio Devisate toma posse de novo mandato na presidência da FIESP. Em seu discurso, enfatiza a relação entre a indústria e as Forças Armadas, apontando a sua identidade estrutural e destacando as visitas de estagiários da ESG e outras escolas militares: “Não devemos deixar de fazer uma menção especial, pela significação que possui, aos <i>esforços que nossa diretoria realizou</i> para estabelecer vínculos cada vez mais estreitos entre a indústria e as Forças Armadas. Tivemos oportunidade de proporcionar visitas demoradas ao nosso parque fabril de duas delegações de cerca de 100 oficiais da Escola Superior de Guerra. Ainda proporcionamos, por mais de uma ocasião, demoradas visitas aos alunos estagiários da Escola de Guerra Naval e da Escola Técnica do Exército. Desses contatos, os resultados mais auspiciosos foram assinalados. <i>A indústria, pela sua própria natureza, é uma das condições básicas para a boa defesa do país”.</i>	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1954, p. 13. Grifos meus.
1954	Comitiva da ESG visita Belo Horizonte: Cidade Industrial Mannes, Instituto de Tecnologia Industrial, Frigorífico de Carreira Comprida, Usina de Itutinga. Faz contatos com diretores da Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais) e da Fertiza (Fertilizantes Minas Gerais S.A.), ambas recentemente criadas.	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1954, p. 2; 25 de setembro de 1954, p. 2.
1954	Viagem a São Paulo, onde os estagiários participam de almoço oferecido pela Cia. Antarctica Paulista e, em seguida, de reunião na Federação do Comércio e de recepção oferecida pelo governador. Durante a estada em São Paulo, visitam a Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, a Cooperativa Agrícola de Cotia e a Exposição Industrial do IV Centenário, no Parque Ibirapuera, onde diretores da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo fazem palestras sobre temas emblemáticos dos conteúdos com que os estagiários da ESG faziam contato, como a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 4 de novembro de 1954, p. 6; <i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1954, p. 6. Grifos meus.

¹³ Juarez Távora era muito próximo do Partido Democrata Cristão (PDC), pelo qual, embora não filiado formalmente, no ano seguinte concorreria à Presidência da República, em pleito vencido por Juscelino Kubitschek, candidato da chapa formada pelo Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Pantoja (2001).

	<p>e a inflação. Os estagiários visitam, também, a Federação do Comércio do Estado de São Paulo, onde são recebidos pelo presidente da Associação Comercial de São Paulo, João Di Pietro, conselheiros e funcionários do SESC (Serviço Social do Comércio) e do Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Luiz Roberto Vidigal, presidente da Associação Comercial, palestra sobre as atividades do comércio estadual e sobre as “possibilidades que tem a Nação de empregá-las como instrumento de sua segurança”. Em seu discurso de reposta, o vice-almirante Ernesto de Araújo manifesta-se satisfeito com o que ouvira. É interessante observar que, enquanto os estagiários cumprem esse roteiro, o comandante dos navios militares que os haviam transportado a São Paulo e os levariam de volta ao Rio de Janeiro, faz proselitismo anticomunista na televisão. O almirante Penna Botto participa de um programa na TV Record, apresentando a Cruzada Anticomunista Brasileira e falando sobre o “perigo comunista” no Brasil.</p>	
--	---	--

As falas de Toledo e Vidigal comunicam aos militares a preocupação dos empresários com a luta de classes. Discutem a participação dos empregados nos lucros das empresas, tema que mobilizava os empresários. A questão seria tema de uma palestra patrocinada pela Associação de Ex-alunos da Escola Superior de Guerra (ADESG) um mês depois, registrada logo abaixo. Na verdade, tratava-se de adequar às condições nacionais uma tática adotada pelo capitalismo em todo o mundo, visando seduzir o trabalhador para a ideia de que era sócio do sistema econômico e seus interesses eram comuns aos dos patrões, a despeito de serem desiguais as posições ocupadas no seu mecanismo de funcionamento. Como se sabia que a tática não resolveria problemas materiais do trabalhador, investia-se em outra tática – o assistencialismo social. Nesse campo, a esperança se voltava para a atuação do Sesi e do SESC. Dado o caráter contrarrevolucionário preventivo de ambas as táticas, pode-se supor não ter sido, novamente, mera coincidência a presença, na comitiva esguiana, do líder da Cruzada Brasileira Anticomunista, instrumento contrarrevolucionário reativo a uma suposta infiltração comunista em curso nos mais variados segmentos da sociedade brasileira. Preocupação, de resto, expressa, também, em discursos de

encerramento do ano letivo da ESG em dezembro de 1954, como se pode verificar, abaixo, no último registro referente ao ano.

	A Associação de Ex-alunos da Escola Superior de Guerra (ADESG) promove no auditório da Escola Técnica do Exército, no Rio de Janeiro, conferência do major brigadeiro Antônio Guedes Muniz sobre a <i>“participação dos trabalhadores nos lucros das empresas”</i> .	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1954, p. 7. Grifo meu.
1954	<p>Discursando durante a cerimônia de encerramento dos cursos da ESG em 1954, o coronel Arold Ramos de Castro, em estado de euforia adjetivosa, analisa a posição da escola na conjuntura: “A Escola Superior de Guerra, pelas elevadas e patrióticas finalidades que a envolvem e alicerçam, constitui irrefragavelmente, não só um sólido e majestoso baluarte, mas também um precioso manancial de cristalinas e promissoras cogitações, baluarte ante o qual, graças à grandiosidade e à firmeza dos seus fundamentos e o acendrado espírito de brasilidade que promana da sua estrutura, são contidos e, na medida das atribuições e finalidades que lhe são inerentes, neutralizados os <i>percucientes impactos de doutrinas exóticas e demagógicas malsãs que visam conturbar e aluir a segurança e o engrandecimento da Pátria</i>.”</p> <p>Manancial fremente e restaurador de onde, anualmente, <i>elementos integrantes dos mais variados setores de atividades da vida nacional, bem senhores dos complexos, difíceis, delicados e específicos problemas que a assoberbam, contribuem para a formação de um caudal de civilizações futuras, engrandecido e dignificado, o inexaurível e valiosos patrimônio moral e material que herdamos dos nossos avoengos</i>”.</p> <p>Na mesma solenidade, o presidente Café Filho, que a presidiu, pronuncia um discurso abordando os “problemas de segurança” como uma questão a ser resolvida por uma “elite”: “A extensão tomada pelos problemas da segurança nacional, cada vez mais complexos e menos limitados, <i>estão exigindo em todos os países a formação de uma elite capaz de equacioná-los em todas as suas intrincadas [sic] e variáveis [...]</i>”.</p>	<p><i>Jornal do Commercio</i>, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1954, p. 3; <i>Correio Paulistano</i>, São Paulo, 22 de dezembro de 1954, p. 3. Grifos meus.</p>
1955	Comitiva da ESG – integrada por “altas patentes militares (Exército e Aeronáutica), diplomatas, médicos, bacharéis e engenheiros” e o deputado Carlos Lacerda ¹⁴ – inicia por Belém visita à Amazônia e ao Nordeste.	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 17 de junho de 1955, p. 8, 22 de junho de 1955,

¹⁴ Deputado federal pela UDN-DF, o jornalista Carlos Lacerda constituía, à época, elemento destacado do campo anticomunista, no qual se aliava à Cruzada Anticomunista Brasileira, do almirante Penna

		p. 2; <i>Diário de Pernambuco</i> , Recife, 22 de junho de 1954, p. 16; 10 de julho de 1955, p. 22.
1955	Em reunião do Centro e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, informa-se que Mario Di Pietro e José de Paula e Silva, ambos diretores das entidades, haviam concluído o curso da ESG na condição de “representantes da indústria paulista e brasileira”. Antônio Devisate, presidente das entidades, ressalta a atuação dos dois industriais “em um dos cursos mais expressivos do Brasil, realizando, ainda, um trabalho de aproximação e identificação com as Forças Armadas”.	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 16 de dezembro de 1955, p. 9.
1956	Comitiva da ESG visita a Fábrica Nacional de Motores, em Duque de Caxias (RJ). Compõem o grupo: oficiais gerais, oficiais superiores das Forças Armadas, parlamentares, representantes da magistratura, dos ministérios, do município do Distrito Federal, de órgãos não ministeriais e autarquias, da Caixa Econômica, do Conselho Nacional de Economia, de associações de classe e entidades particulares, federações e confederações e de órgãos das áreas educacional e cultural.	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1956, p. 7.
1956	Estagiários do Curso de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas da ESG visitam, em Pernambuco, a futura Base Naval de Recife, a Usina Tiuma, de cana-de-açúcar, a Fosforita de Olinda (FASA) e o Instituto Joaquim Nabuco. De Recife, dirigem-se para a Paraíba, com destino a Campina Grande e João Pessoa, e em seguida, a Natal e Fortaleza, findando a viagem pelo Nordeste na hidrelétrica de Paulo Afonso, na Bahia.	<i>Diário de Pernambuco</i> , Recife, 31 de agosto de 1956, p. 3 e 6.
1956	Instala-se, no dia 20 de setembro, o primeiro curso da ESG em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. A iniciativa, intitulada Curso sobre Problemas Fundamentais do Brasil, é patrocinada pela Reitoria da universidade. Funcionando, diferentemente da ESG, como atividade de extensão universitária, por meio da conferências, os cursos estão programados em torno dos seguintes temas: “Relações do Brasil com os Estados Unidos”, “Guerra total”, “O panorama da	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 4 de outubro de 1956, 2º caderno, p. 4; 18 de outubro de 1956, 2º caderno, p. 5; 20 de outubro de 1956, p.

Botto. Embora o seu perfil na Câmara dos Deputados (Disponível em <https://www.camara.leg.br/deputados/130732/biografia>, acesso em: 26 jun. 2024) o afirme, não completou o curso da ESG, que frequentou em 1954-1955 (*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 maio 1967, p. 8). A sua presença na comitiva talvez se explique, também, pelo apoio que prestava à candidatura do general Juarez Távora à presidência da República no pleito previsto para outubro de 1955.

	organização político-partidária”, “A siderurgia no Brasil”, “Os transportes por estradas de ferro e de rodagem”, “Mobilização industrial”, “Inflação no Brasil” e “Segurança nacional – conceitos fundamentais e sua formulação objetiva”. Foram convidados para assistir à aula os industriais paulistas.	5; 8 de novembro de 1956, p. 9; 5 de dezembro de 1956, 2º caderno, p. 4.
1956	Turma da ESG visita Goiás em viagem de estudos.	<i>Diário de Pernambuco</i> , Recife, 3 de outubro de 1956, p. 6.
1956	64 estagiários da ESG visitam Manaus e Belém. Na capital paraense, conhecem, entre outros órgãos, o Instituto Agrônomo do Norte e a Associação Comercial.	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1956, p. 2.
1956	Em “excursão técnica” a São Paulo, estagiários visitam vários estabelecimentos fabris. Na Vemag – Veículos e Máquinas Agrícolas S. A., tomam conhecimento dos planos da empresa para o lançamento de um automóvel brasileiro.	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 1 de novembro de 1956, p. 9; <i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1956, p. 4; 10 de novembro de 1956, p. 3.
1957	Deputado Federal Herbert Levy (UDN-SP) pronuncia conferência em 2 de julho na ESG sobre problemas da economia brasileira. Entre outros temas, examina aspectos da “chamada política nacionalista, demonstrando até que ponto ela poderia justificar-se e quando passava a constituir linha auxiliar da penetração comunista”.	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 3 de julho de 1957, p. 8
1957	Caravana de estagiários chega a Manaus para conhecer Nova Olinda, ¹⁵ a convite da Petrobrás.	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1957, p. 8.
1957	Em visita a São Paulo, estagiários da ESG, chefiados pelo general Humberto de Alencar Castelo Branco – futuro primeiro presidente da República durante o regime ditatorial instaurado no país após o golpe de	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 18 de outubro de 1957, p.

¹⁵ Referência a Nova Olinda do Norte, município amazonense onde, dois anos antes, fora descoberta uma jazida de petróleo. Disponível em: http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios/nova_olinda.php. Acesso em: 4 jul. 2024.

	1964 –, visitam várias unidades industriais. Participam, na sede da Fiesp, de mesa-redonda com industriais e técnicos paulistas sobre alguns dos principais temas da pauta industrial na época. O presidente da Fiesp, Antônio Devisate, os recebe “lamentando não poder recepcioná-los da forma que desejava, em vista da <i>situação reinante em São Paulo, em face do movimento grevista que estava sendo presenciado, inclusive, pelas altas patentes militares que fazem estágio nas Escola Superior de Guerra</i> ”. Os assuntos discutidos são: formação de técnicos, energia elétrica, indústrias básicas e indústrias pesadas, os investimentos estrangeiros no Brasil, capitais e desenvolvimento econômico. Uma das tônicas das palestras organizadas pela Fiesp é a crítica ao nacionalismo combinada com o elogio da contribuição que o investimento estrangeiro poderia dar à superação das dificuldades encontradas pelo processo de desenvolvimento do país.	7 e 2º Caderno, p. 1, 20 de outubro de 1957, p. 2; <i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1957, 3º Caderno, Suplemento Paulista, p. 6;
1957	Pela primeira vez, a televisão apresenta ao público a ESG, mencionada, positivamente, como a “Sorbonne do Exército” ¹⁶ no programa “O Jornal do Commercio pergunta”, da TV-Tupi.	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1957, p. 4.
1957	Estagiários do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas em São Paulo visitam: Imbelsa (aparelhos eletrônicos) e DS. F. Vasconcelos (instrumentos óticos de precisão). Na sede do Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, são recebidos por Antônio Devisate, presidente, almoçando no Sesi. Devisate saúda os visitantes com discurso em que dá ênfase ao trabalho de assistência social efetuado pelo Sesi junto aos trabalhadores. Em seguida, a comitiva se dirige para a fábrica da Pirelli S. A. Também estavam no roteiro da viagem: Instituto de Energia Atômica da Universidade de São Paulo, a fábrica da Mercedes Benz do Brasil S. A., Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, as fábricas de Fertilizantes e de Asfalto da Petrobras, as instalações da Light and Power, na Raiz da Serra.	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 12 de dezembro de 1957, p. 1.
1957	Guilherme Borghoff, ¹⁷ diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), é eleito, por unanimidade, presidente da ADESG.	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1957, p. 7.

¹⁶ Referência à Universidade de Paris, considerada a segunda mais antiga da história.

¹⁷ Viria a ser um dos líderes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês), a mais bem articulada frente de conspiração contra o governo do presidente João Goulart (1961-1964). Dreifuss (1981, p. 437).

1958	Aspirantes e oficiais da Escola Naval, em viagem de instrução e vindos de Fortaleza e Recife, aportam em Santos (SP) e são homenageados em São Paulo pelo presidente da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 28 de janeiro de 1958, p. 9.
1958	Anunciado curso organizado em parceria ADESG-USP intitulado “Segurança e Desenvolvimento”, a iniciar-se em outubro com a conferência “Política de Segurança e Desenvolvimento”, por Austregésilo de Athayde. A programação inclui as seguintes palestras: “Brasília – direção do desenvolvimento” (professor Paulo Assis Ribeiro ¹⁸); “Ciência e técnica no desenvolvimento” (brigadeiro João Mendes da Silva); “Condições econômicas do bem-estar social das comunidades” (professor Heitor Calmon); “Panamericanismo e desenvolvimento” (Valdemar Lopes); “Fortalecimento do potencial nacional para o desenvolvimento” (almirante Augusto Lopes da Cruz); “Nacionalismo e desenvolvimento” (general Humberto Castelo Branco) e “Educação e desenvolvimento” (professor Francisco de Souza Brasil.	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 24 de setembro de 1958, 2º caderno, p. 3; 16 de outubro de 1958, 2º caderno, p.2; 26 de novembro de 1958, 2ºcaderno, p. 3.
1958	A convite da ESG, visita São Paulo, vindo da capital federal, o tenente-general George W. Mundy, comandante do Industrial College das Forças Armadas dos EUA, à frente de uma delegação de cinco oficiais norte-americanos. O Industrial College é apresentado pelo seu comandante como uma instituição educacional “do mais alto nível”, ligada ao Departamento de Defesa e que tinha por finalidade “ministrar conhecimentos sobre aspectos econômicos e industriais da segurança do país a oficiais e personalidades civis”. A sua criação em 1924, sob o impacto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), “refletiu a percepção das dimensões inéditas da mobilização de suprimentos de munições e equipamentos a exércitos coloniais colossais, lutando em frentes que se estendiam por centenas de quilômetros. Os métodos e organização improvisados mostraram a necessidade de serem, em caso de emergência, diretamente mobilizados os recursos industriais. Até a II Guerra Mundial, mais de 1.200 oficiais da ativa e da reserva se haviam diplomado pelo Industrial College. Sua participação no conflito mundial provou a eficiência do preparo ministrado”. Segundo o general Mundy, o seu país estava cooperando com a ESG para “um curso de mobilização segundo as necessidades do país”. Na ocasião, fez um convite oficial à	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 8 de novembro de 1958, p. 9 e 16.

¹⁸ Empresário do ramo da aviação civil e futuro integrante do Conselho Superior das Classes Produtoras (Conclap) – criado em 1959 e, igualmente, importante frente de oposição ao governo Goulart – e do Ipês. Lemos (2022); Dreifuss, (1981).

	<p>Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo para iniciar um “programa de intercâmbio entre as entidades e o Industrial College of the Armed Forces”, já estando prevista a visita de uma turma de 5 ou 6 pessoas aos EUA em 1959.</p> <p>A visita se estende à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, às instalações da General Motors, em São Caetano (SP) e ao Instituto Butantã, finalizando com um almoço na Câmara Americana de Comércio.</p>	
1958	<p>Bento José Ribeiro Dantas¹⁹ é homenageado no Country Clube – do qual já fora presidente – por sua eleição para orador oficial da nova turma da ESG. Presentes “altas autoridades federais”, professores e estagiários da ESG, ministro da Marinha almirante Matoso Maia, ministro da Justiça Cirilo Júnior, subchefe da Casa Civil da Presidência Osvaldo Penido, comandante da ESG brigadeiro Alves Seco, além de políticos prestigiados.</p>	<p><i>Jornal do Commercio</i>, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1958, p. 5. Grifos meus.</p>
1958	<p>Grupo de 40 estagiários do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, composto por oficiais superiores do Exército, Marinha e Aeronáutica, em viagem pelo Sul do país, visita em Porto Alegre as instalações técnicas da Varig.²⁰</p>	<p><i>Correio Paulistano</i>, São Paulo, 20 de dezembro de 1958, p. 7.</p>

O ano de 1959 registrou importantes momentos da aproximação empresarial-militar, como indicam os registros abaixo. O Clube Comercial, localizado no Rio de Janeiro, pode ser considerado como a representação simbólica dessa conexão. Nele, foram tomadas decisões classistas de grande significação para a conjuntura. Talvez a mais expressiva tenha acontecido no dia 15 de julho, quando dirigentes de entidades empresariais se reuniram em almoço para acertar detalhes da sessão pública de lançamento do Conselho Superior das Classes Produtoras (Conclap), no dia seguinte²¹.

¹⁹ Também futuro integrante do Conclap e do Ipês e importante agente do golpe de 1964 no Rio de Janeiro. Lemos (2022); Dreifuss (1981).

²⁰ A Viação Aérea Rio-Grandense – Varig S. A. era dirigida pelo empresário Ruben Berta, também futuro integrante do Ipês e que obteria substanciais benefícios comerciais após o golpe de 1964, ao qual concedeu apoio político e operacional. Dreifuss (1981); Campos (2023).

²¹ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1959. p. 4. Segundo Caderno. O Conselho Superior das Classes Produtoras (Conclap) foi criado por representantes de entidades patronais e – muito minoritariamente – de trabalhadores. Lemos (2022).

A identidade empresarial-militar configurou o eixo do curso promovido pela ESG e a Fiesp em maio. A fala de Humberto Reis Costa indica que a liderança empresarial tinha consciência da importância das viagens esguianas para o aprofundamento dessa ligação. Indica, também, o enquadramento da questão da segurança nacional no processo histórico de industrialização do país, o que confere à aproximação empresarial-militar uma sólida base material.

1959	<i>Todos os civis e militares diplomados pela ESG e presentes no Rio de Janeiro passam a se reunir às quartas-feiras em almoço no Clube Comercial.</i>	<i>Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 12 de março de 1959, p. 5.</i>
1959	Anunciado como iniciativa do Fórum Roberto Simonsen em parceria com a ESG, o curso intensivo e extraordinário sobre “Segurança Nacional e Industrialização”, como um ciclo de quatro conferências: “Conceituação da segurança nacional e os fundamentos econômicos do poder nacional”, pelo comandante João Baptista Vianna; “Planejamento do fortalecimento do potencial nacional ressaltando o setor industrial”, pelo coronel Paulo Enéas Ferreira da Silva; “A pesquisa e o desenvolvimento nas atividades econômicas do país e suas repercussões na segurança nacional”, pelo comandante Ayres Cunha Andrade; “A economia de guerra e a importância da indústria”, pelo brigadeiro engenheiro Oswaldo Balloussier. O vice-presidente do Fórum, Humberto Reis Costa, tece considerações sobre o evento: “[...] culminam de modo estupendo as relações cordiais que as classes produtoras de São Paulo vêm mantendo com nossas Forças Armadas. Inumeráveis foram as visitas ao parque manufatureiro paulista feitas por oficiais superiores do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. De nossa parte, mais de um diretor do centro e federação das indústrias seguiu os cursos da Escola Superior de Guerra como estagiário. E todas as vezes que a indústria paulista foi convocada para colaborar com a segurança nacional, todos os seus setores foram mobilizados com vistas a defesa do nosso país. Portanto, hoje, ontem e amanhã as Forças Armadas brasileiras contaram e contarão com a indústria nacional para a plena consecução de sua patriótica missão. Agora, cabe ao órgão promocional de debates das entidades industriais de São Paulo ensejar este encontro, qual seja, o de eminentes membros do corpo docente da Escola Superior de Guerra dizerem aos homens de empresa paulistas qual a significação do nosso parque manufatureiro no que diz respeito à segurança nacional.	<i>Correio Paulistano, 27 de maio de 1959, p. 9; 31 de maio de 1959, p. 11; 2 de junho de 1959, p. 9; 4 de junho de 1959, p. 9; 13 de junho de 1959, p. 9-10; Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 10 de junho de 1959, p. 2; Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1 de julho de 1959, p. 9; 8 de julho de 1959, p. 9. Grifos meus.</i>

	<p>Este pronunciamento não poderia ter sido mais profundo. Isto porque, como se sabe, <i>a política de segurança nacional de qualquer país se confunde com a sua estratégia geral. Daí ser perfeitamente natural, e mesmo necessário, o fato de militares discorrerem sobre tema de índole tão belicosa na própria Casa da Indústria</i> e numa entidade tutelada pelo nome de Roberto Simonsen. E este fato mais naturalmente se acentua quando nos lembramos da definição oficiosa de segurança nacional, aceita nos meios especializados de nosso país. Ou seja: segurança nacional é o grau relativo que, por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, um Estado proporciona à coletividade nacional, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais, elementos e condições contra a ação adversa de fatores internos e externos. <i>Em face desse conceito, a presença de militares na sede do CIESP-FIESP, que congrega homens da indústria, é óbvia, porquanto, integrando-se na política geral de defesa do nosso processo de industrialização, incumbe à segurança nacional participar do combate aos fatores internos e externos que o possam ameaçar.</i></p> <p>De resto, já afirmaram estudiosos que o mesmo país terá políticas de segurança nacional diferentes, conforme as etapas de seu desenvolvimento. Tal política será uma se o país for economicamente dependente; outra, se, em virtude da transformação sofrida por sua estrutura econômica e social, se tornar capaz de liquidar essa dependência. Consoante o prof. Guerreiro Ramos: “Um país economicamente dependente terá uma existência tributária e sua política de segurança nacional refletirá necessariamente essa condição, isto é, terá de enquadrar-se, de modo complementar, na estratégia geral do centro de poder em cuja órbita de gravitação se encontra. Outra será a política de segurança nacional de países em processo de descolonização de sua economia ou já completamente desenvolvidos. Neste caso, o seu conteúdo fundamental é, propriamente, a autodeterminação. Pode, então, o país definir e realizar objetivos nacionais próprios, e, em tal hipótese, a ação contrária, de fatores internos e externos, a esses objetivos adquire significado diferente daquele que apresenta em uma situação de complementaridade econômica. Surge, em tais condições, uma nova sensibilidade para as influências externas, distintas daquela que caracteriza a etapa que o país se acha em vias de superar ou já superou”²².</p>	
--	--	--

²² O trecho citado se encontra em Ramos (1957b, p. 20). Para outra apresentação dessas ideias, ver Ramos (1957a).

	<p>Ora, sem nenhuma patriotada, podemos afirmar que o Brasil se encontra em pleno processo de descolonização de sua economia na busca legítima de seu desenvolvimento, como comprovam os investimentos destinados à produção substitutiva de importações cuja consequência melhor é dotar o país de uma infraestrutura, que o está levando a superar seu estágio agrário e alcançar a categoria de economia industrial. Esta simples verificação de nossa realidade econômica demonstra a sua importância para a segurança nacional e que se no passado fora relegada a segundo plano em favor de uma realidade política, hoje ascende de significação. De fato, é oportuno lembrar que <i>a concepção oficial de segurança começou, entre nós, a tomar um sentido mais ativo na década em que os investimentos para substituição de importações em nível capitalista adquiriram vulto crescente, anunciando a mudança qualitativa de nosso sistema econômico</i>. Em 1934, pelo Decreto n. 7, de 3 de agosto, o antigo Conselho de Defesa Nacional passa a chamar-se Conselho Superior de Segurança Nacional, subsistindo se significativamente a palavra “defesa” por “segurança”. É do mesmo ano de 1934 que se delineia, com nitidez, o que se pode chamar o sistema federal de segurança do país, expresso na estrutura do Conselho, integrado naquela data por uma Comissão de Estudos, uma Secretaria Geral e Seções nos ministérios, organização que se mantém até hoje em suas linhas essenciais, embora acrescida da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras e um pouco mais complexa em suas funções. <i>Quem quer que examine as atividades do nosso sistema de segurança, de que o Conselho é parte, verificará que a sua sensibilidade é, agora, mas aguçada para os assuntos econômicos. Daí – insistimos – a presença da Escola Superior de Guerra na sede do Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo com o objetivo precípua de debater problemas inter-relacionados de segurança nacional e industrialização</i>”. O número de inscritos no curso chegou perto de 500. Durante a sua palestra, o capitão de mar e guerra João Baptista Vianna informa que até aquele ano 673 alunos haviam frequentado os cursos da ESG, sendo 42 membros do Congresso Nacional; 12 da magistratura federal; 333 oficiais gerais e superiores das Forças Armadas; 11 representantes dos governos estaduais; 120 de ministérios civis; 4 da Prefeitura do DF.; 51 de autarquias e órgãos subordinados diretamente à Presidência da República; 60 de associações de classe, inclusive indústria e comércio; 22 de órgãos culturais e 18 “avulsos” (entidades particulares).</p>	
--	---	--

1959	Comitiva visita o Nordeste. Em Recife é recebida, juntamente com o general Artur Hascket Hall, comandante da escola, e o general Honorato Pradel, comandante do IV Exército, sediado na capital pernambucana, pelo governador Cid Sampaio, que lhes prestou “esclarecimentos sobre a atuação das Ligas Camponesas em Pernambuco”. ²³ Em matéria intitulada “Iludidos os nordestinos pelas Ligas Camponesas”, o jornal <i>Correio Paulistano</i> informa que o governador dissertou sobre “as dificuldades climáticas da região, os problemas da estiagem e do êxodo do trabalhador sertanejo, explicando também a situação criada pelos que tomam as terras para manter as famílias”. Diz Cid Sampaio: “O trabalhador rural, comparando a sua situação à dos que são sindicalizados, sentiu a necessidade de associar-se, também, a entidades que lhes possam garantir melhores salários, proteção e assistência social, a exemplo do que têm outros operários. Essa necessidade talvez seja o ponto básico da existência dessas associações camponesas, que resultam, sem dúvida alguma, de um estado de coisas muito profundo e complexo. Infelizmente, o trabalhador rural está sendo utilizado por dirigentes dessas ligas para servir a interesses políticos, e muitas vezes subversivos. Iludido em sua boa-fé, apegando-se à sua associação, sem sentir que está sendo usado para fins de fato deploráveis e contrários aos interesses do estado”.	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 20 de junho de 1959, p. 3; <i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 22-23 de junho de 1959, p. 2.
1959	Estagiários do Curso de Informações da ESG visitam a seção de segurança do Ministério da Justiça, dentro do programa de visita dos órgãos da Administração Pública que colaboram com a segurança nacional. José de Almeida Reis, diretor da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação, faz conferência na ESG sobre “Aspectos econômicos da reforma agrária”.	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 18 de julho de 1959, p. 4; 19 de julho de 1959, p. 4.
1959	Estagiários do Curso de Estado-Maior e Comando da ESG visitam Belém, onde recolhem elementos para o trabalho de levantamento estratégico da Amazônia. Visitaram unidades militares das três forças singulares.	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1959, p. 4.
1959	Membros do Corpo Permanente e estagiários da ESG visitam a Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1959, p. 6.
1959	Início, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), do curso de extensão universitária sobre “Potencial e Poder Nacional”,	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 5 de

²³ Sobre o tema, pode-se consultar Azevedo (1982).

	organizado em parceria com a Adesg. Programação das conferências: “Política de Segurança Nacional – correlações” (coronel Luís Carneiro de Castro e Silva); “Fundamentos Geográficos do Poder Nacional” (professor Miguel Alves de Lima); “Fundamentos Psicossociais do Poder Nacional (CMG João Batista Vianna); “Fundamentos Políticos do Poder Nacional” (professor Francisco Sousa Brasil; “Fundamentos Militares do Poder Nacional” (brigadeiro Francisco Balloussier; “O poder Nacional e a Política Externa” (Miguel P. do Rio Branco); “Poder Nacional. Seus fundamentos. Aspectos Particulares do Brasil” (marechal Juarez Távora ²⁴ ; “Fortalecimento do Potencial Nacional. Planejamento” (coronel Golbery do Couto e Silva); “O Brasil. Seus Objetivos Nacionais e o Desenvolvimento (brigadeiro Henrique Fleuiss).	setembro de 1959, p. 4; 7 de outubro de 1959, 2º caderno, p. 2; 6 de novembro de 1959, 2º caderno, p.3.
--	--	---

Uma das formas como a aproximação empresarial-militar se processava eram as homenagens mútuas. Confederação Nacional do Comércio (CNC), Fiesp, Confederação Rural Brasileira, Rotary Clube, Clube Harmonia, Universidade de São Paulo, ESG, Emfa, Conferência Brasileira de Comércio Exterior são alguns dos eventos e instituições envolvidos neste tipo de relacionamento, como se verá nos registros a seguir. A homenagem prestada no Rio de Janeiro pelo Jockey Clube Brasileiro, ao dar o nome da ESG a um dos seus páreos, consistiu em um evento que pode ser considerado o “fecho de ouro” simbólico da primeira década de funcionamento da escola. Simboliza, desse modo, o êxito alcançado pela estratégia de aproximação civil-militar por meio da ESG.

1959	Confederação Nacional do Comércio (CNC) e Confederação Rural Brasileira (CRB) homenageiam a ESG pelos seu 10º aniversário.	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1959, p. 8. <i>Correio</i>
------	--	---

²⁴ Juarez Távora passou à reserva em 1956, a pedido, no posto de general de exército; posteriormente, foi promovido a marechal (JUAREZ Távora: personagem e testemunha. *O Povo*, Fortaleza, 18 jan. 2000. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/acervo/entrevistas/2012/08/22/noticiasentrevistas,2903825/juarez-tavora-personagem-e-testemunha.shtml>. Acesso em: 5 jul. 2024).

		<i>Paulistano</i> , São Paulo, 10 de setembro de 1959, p. 6.
1959	Comandante da ESG, general Hasket Hall, integra lista de “convidados especiais” para a III Conferência Brasileira de Comércio Exterior, em Recife.	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 14-15 de setembro de 1959, p. 10.
1959	Estagiários da ESG visitam, em São José dos Campos (SP), o Centro Técnico da Aeronáutica (CTA), o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento (IPD).	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 28-29 de setembro de 1959, p. 6.
1959	Estagiários, chegados a São Paulo no dia 29 de setembro, visitam as instalações das seguintes empresas: Arno, Philips, Bronw Boveri, Villares, Bardella e Sofunge, além das instalações da Volkswagen, Mercedes Benz e da Willys-Overland, as três em São Bernardo do Campo (SP). Conhecem, também, o Sesi e o Senai e participam de uma reunião na Fiesp-Ciesp para assistirem à apresentação do Plano de Ação do Governo paulista.	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1959, p. 7; 19-20 de outubro de 1959, p. 4, 25 de novembro de 1959, p. 10; <i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 29 de setembro de 1959, p. 11; 1 de outubro de 1959, p. 9; 2 de outubro de 1959, p. 9; 6 de outubro de 1959, p. 8; 8 de outubro de 1959, p. 9.

1959	“Especialmente convidado” pelo Fórum Roberto Simonsen, da Fiesp, o professor Antônio Carlos Pacheco e Silva, “eminente psiquiatra e psicólogo social, catedrático da Universidade de São Paulo e antigo estagiário da Escola Superior de Guerra” ²⁵ , faz palestra sobre a “guerra revolucionária”, com o título “A guerra subversiva em marcha”. Dias depois, Antônio Devisate, presidente do Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, informa que o Fórum havia editado a conferência, explicando que “o tema, pela sua atualidade, pois focaliza um fenômeno do mundo moderno que envolve ameaças inspiradas pelos inimigos da pátria e de nossas instituições democráticas, despertou tamanho interesse que a Escola Superior de Guerra manifestara o desejo de ver repetida a palestra na capital do país. Entretanto, como o Fórum editará a conferência em sua íntegra, um exemplar de cada volume será enviado à sua direção, professores e oficiais estagiários”.	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 15 de novembro de 1959, p. 13; 12 de dezembro de 1959, p. 9..
1959	ESG é homenageada pelo Jockey Club Brasileiro, na capital federal, que batiza com seu nome o 6º páreo da programação do Hipódromo da Gávea em 19 de dezembro.	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1959, p. 16.

O segundo semestre de 1961 constituiu uma conjuntura de forte tensão política no Brasil. O movimento sindical dos trabalhadores urbanos encontrava-se em fase ascensional, crescendo o número de greves nas grandes cidades. O presidente da FIESP chama a atenção dos visitantes esguianos para o que considerava o “problema das greves”, não só por suas consequências econômicas, mas por atentarem contra a ordem pública. Visivelmente, tenta jogá-los contra o projeto de regulamentação das greves então sendo discutido no Congresso Nacional. No plano da política nacional,

²⁵Pacheco e Silva (1898-1989) foi um médico psiquiatra, empresário, professor, escritor, militante contrarrevolucionário anticomunista ligado à Fiesp e à ESG e integrou o Ipês, com forte participação na rede conspiratória contra o presidente João Goulart e longa colaboração com o regime ditatorial que se estabeleceu no país após o golpe de 1964. Consultar Gomes (2021).

desde a posse de Jânio Quadros na Presidência da República, em janeiro de 1961, algumas das suas decisões políticas, em especial no campo das relações exteriores, vinham despertando oposição de setores empresariais e militares. A situação tornou-se crítica em agosto, quando da sua renúncia e subsequente tentativa, por parte dos ministros militares, de obstar a posse do vice-presidente João Goulart, acusado de manter vínculos subversivos com sindicalistas e comunistas. No contexto do que ficaria conhecido como “Crise da Legalidade”, seguiu-se um embate entre segmentos militares, opondo oficiais a oficiais e subalternos a seus comandantes. As falas dos empresários aos militares registram a preocupação com o quadro, que esteve perto de uma guerra civil. A abordagem indica a força da aproximação empresarial-militar: a superação da crise se teria dado pela intervenção apaziguadora das Forças Armadas, como se ela tivesse se comportado de maneira homogênea e isenta durante todo o processo e não constituído o cerne da crise, que escancarou as suas divisões internas.

1961	Tendo já visitado Foz do Iguaçu (PR), Curitiba, Monte Alegre (cidade industrial das Indústrias Klabin de Papéis - PR), comitiva da ESG chega a São Paulo, para conhecer o parque industrial e outros estabelecimentos. De lá, segue para Campinas (SP), retornando em seguida ao Rio de Janeiro. O jornal observa: “ <i>está se tornando tradicional o encontro de industriais paulistas e dirigentes e estagiários da Escola Superior de Guerra, por ocasião da visita que anualmente realizam a São Paulo os corpos discente e docente daquela escola, em viagem de estudos e observações e a convite das entidades da indústria paulista</i> ”. A comitiva é “integrada por generais, almirantes, brigadeiros, desembargadores, procuradores da República, membros do Conselho Nacional de Pesquisa, do Conselho de Energia Nuclear, engenheiros industriais e membros de órgãos governamentais de vários estados, num total de quase 100 pessoas”. O programa inclui visita à FIESP, onde lhes é apresentado o Plano de Ação do Governo; à Mercedes Benz, Conjunto Assistencial Modelo Antônio Devisate, Cobrasma,	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 24 de junho de 1961, p. 9; 28 de junho de 1961, p. 9; 29 de junho de 1961, 2º Caderno, p. 1; 30 de junho de 1961, p. 2 Grifos meus.
------	--	--

	<p>Brow Boveri, [Laboratório] Fontoura, Instituto de Física Teórica, “Cidade de Deus” [Banco Brasileiro de Descontos] e a Campinas (SP), com programação local. Saudando os visitantes, o presidente do CIESP-FIESP, Antônio Devisate, discursa abordando temas – que suscitaram debates com participação dos estagiários – como: “integração nacional”, “ação supletiva da indústria”, “atividades do Sesi”, “conjunto assistencial”, “nova política monetária e econômica”, “tensão social” e “direito de greve”. Sobre os dois últimos tópicos, claramente relacionados, Devisate diz: “Um outro problema que não queremos deixar passar sem uma referência especial é o que diz respeito à <i>tensão social que dia a dia apresenta aspectos os mais inquietantes</i>. Tivemos, meses atrás, uma série sucessiva de greves. Em toda a parte do mundo fenômenos dessa ordem são comuns, constituem mesmo fatos normais. O que, porém, nos impressiona e inquieta não é o fato em si de uma greve e o prejuízo econômico que ela traz tanto para o empreendedor quanto para o operário e para o estado. O que nos preocupa não é tanto a diminuição da produção que as greves acarretam, mas, especialmente, <i>o que elas estão significando como instrumento deletério de solapamento do princípio da autoridade e da ordem jurídica no país</i>.</p> <p>Notamos com satisfação a preocupação do sr. presidente da República de pôr um paradeiro a essas tentativas de solapamento do princípio da autoridade da ordem pública. Queremos, neste ensejo, reiterar ao mais alto magistrado da nação nossos aplausos sinceros pela atitude firme que vem mantendo contra aqueles que, a serviço de interesses estranhos ao nosso país, ou não, estão tentando enfraquecer a ordem jurídica e ordem pública em nossa terra. Por oportuno, <i>desejamos lembrar os senhores estagiários da Escola Superior de Guerra que está tramitando no Senado Federal um projeto regulamentando o direito de greve, o qual consideramos, nos termos em que ele se encontra atualmente, um instrumento que irá incentivar o clima de agitação e de intranquilidade em nosso país</i>. Certos dos seus dispositivos, especialmente aquele que manda pagar o</p>	
--	---	--

	<p>salário dos dias de greve – o que não ocorre em parte alguma do mundo, ao que sabemos, eis que constitui uma norma antieconômica, estimulando e premiando a interrupção do trabalho e reduzindo a produção do país – e o que confere aos grevistas direitos superiores aos que não participarem do movimento <i>são medidas contrárias aos interesses fundamentais da nação</i>.</p> <p>Já temos alertado o alto Senado da República sobre o assunto, bem assim o sr. presidente da República, pois entendemos que a regulamentação do direito de greve, nos termos em que se encontra naquela Casa legislativa, <i>contribuirá para o desmantelamento da economia nacional e incentivará a subversão da ordem pública</i>".</p>	
1961	<p>Turma de estagiários do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas da ESG chega a São Paulo, onde visita a Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. A visita tem objetivo estritamente militar: estabelecer contato com os comandos militares do Centro e Oeste do país. Vinda de São José dos Campos, a comitiva se dirige a Campo Grande, Ponta Porã e Corumbá (então municípios mato-grossenses), retornando daí ao Rio de Janeiro.</p>	<p><i>Correio Paulistano</i>, São Paulo, 9 de agosto de 1961, p. 9.</p>
1961	<p>Emfa, em visita a São Paulo, é homenageado pela "indústria, estudantes e trabalhadores paulistas". Participam do evento o governador de São Paulo, Carvalho Pinto, e membros da sua equipe; o presidente da Fiesp, Antônio Devisate, e outros diretores da entidade; um representante do cardeal dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta (arcebispo de S. Paulo), o chefe do Emfa, general Osvaldo de Araújo Mota; representantes dos ministros militares; Mário Garnero, presidente do Instituto Nacional de Estudos Superiores (Ines) – "órgão que congrega estudantes, intelectuais, homens de empresa e trabalhadores" –, entre outras autoridades e convidados. Representa os trabalhadores Olavo Previatti, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Papel e Papelão do Estado de São Paulo.</p>	<p><i>Correio Paulistano</i>, São Paulo, 21 de dezembro de 1961, p. 6. Grifos meus.</p>

	<p>Garnero discursa: “Na qualidade de presidente do Instituto Nacional de Estudos Superiores – Ines e de ex-presidente do Centro Acadêmico 22 de Agosto, da Faculdade Paulista de Direito, é que saúdo, neste instante, as altas autoridades militares aqui presentes, <i>numa hora política incerta da vida nacional. Saímos há pouco de uma crise sem precedentes em nossa história. A nação foi abalada por atitudes imprevistas de muitos de seus filhos, cujas consequências puseram em risco, durante muitos dias, a estabilidade das instituições e a própria ordem civil.</i> Todavia, vencemos juntos aquela tempestade.”²⁶</p> <p><i>Graças ao patriotismo, à prudência e à firmeza de nossas classes armadas, conjuramos o perigo, afastamos a perspectiva da guerra civil ou da convulsão social nos horizontes da pátria brasileira. Salvou-se, assim, a unidade nacional e a relativa tranquilidade da época conturbada em que vivemos consolidou-se nos lares brasileiros, nas escolas, nos escritórios, nas fábricas e nos campos, anunciando novos rumos para a paz política e social da Nação.</i></p> <p><i>Foi obra da juventude e do povo em seu comportamento, mas foi a liderança das classes armadas que nos permitiu o ambiente de liberdade dentro do qual escolhemos o caminho da ordem, repudiando a anarquia.</i></p> <p>Ao saudar-vos neste momento, exmos. srs. generais, almirantes e brigadeiros, em nome de um órgão que surge congregando a juventude estudiosa e os intelectuais, os líderes das classes produtoras e laboriosas, <i>saudamos o espírito da unidade nacional, encarnado nas Forças Armadas</i>, responsáveis pela ordem interna e pela defesa externa da Nação.</p> <p>Cumpre-nos, pois, neste momento de dúvidas e ao mesmo tempo de esperanças sobre o destino das democracias e de nossas instituições, fazer convergir para a obra da construção nacional as vontades e as inteligências que ainda conservam a fé na civilização que nos foi legada para o aprimoramento do homem e da sociedade.</p>	
--	--	--

²⁶ Referência à “Crise da Legalidade” (1961).

	<p>Fazendo nosso o pensamento do ilustre diretor da Escola Superior de Guerra, com ele também afirmamos: 'São imprescindíveis medidas acertadas e radicais para se dominar a inflação avassaladora, o analfabetismo deprimente, o pauperismo humilhante, a miséria orgânica degenerescente'.</p> <p>Sem descambarmos para o extremismo, podemos afirmar que são necessários novos rumos políticos e sociais para a nação. Nesta oportuna homenagem aos líderes militares aqui presentes, agradecemos a honra do convite à Federação e ao Centro das Indústrias do Estado de S. Paulo, na certeza de que com o seu prestígio não faltarão ao encontro dos grandes problemas nacionais. Às classes armadas do país, representadas por seu Estado-Maior, deixamos a confiança e o respeito de nossa geração, convictos também de que os seguidores de Caxias, Osório e Tamandaré formarão sempre conosco como sentinelas avançadas na obra imperecível da grandeza nacional".</p> <p>Devisate também discursa, ressaltando a importância das visitas esguianas: "Em mais de uma ocasião a indústria paulista tem recebido a visita de elementos das classes militares do país, mas desta feita o seu órgão técnico mais expressivo, por representá-las em conjunto – o Estado-Maior das Forças Armadas – que se desloca de sua sede no Rio de Janeiro para vir a São Paulo, a fim de conhecer mais de perto algumas realizações do nosso parque fabril. Somos muito gratos a essa deferência, que <i>proporciona aos homens da indústria a oportunidade de emitir conceitos, os quais, dizendo respeito às finalidades desse órgão, também realçam a participação que nossa classe está tendo na execução das diretrizes e objetivos que marcam e assinalam as atividades do Emfa.</i>"</p> <p>Repercutindo os eventos de agosto/setembro de 1961, ele agradece às FFAA "pelas lutas intensivas que não se realizaram, pelo sangue que não precisou correr, pelas lágrimas que não precisaram rolar, pelos rostos que não ruborizaram perante a opinião exterior". Antônio Carlos Pacheco e Silva apresentou a palestra "A segurança nacional e a guerra fria", abordando o</p>	
--	--	--

	papel das FFAA na manutenção do <i>status quo</i> e recorrendo aos “ensinamentos” da ESG e de Suzanne Labin, ²⁷ citando o seu conceito de “novo tipo de guerra usado pelo Kremlin”. Abordando o tema do planejamento da segurança nacional, concluiu que ela exige “uma completa revisão da sua doutrina, da sua concepção, da sua metodologia e planejamento, não só em virtude da possibilidade do emprego das armas modernas de destruição como, e sobretudo, pela introdução dos métodos e técnicas da guerra fria, que está decidindo os rumos da humanidade”. ²⁸	
1961	Estagiários ouvem, no salão nobre da Fiesp, explicação do Plano de Ação do governador Carvalho Pinto.	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 29 de dezembro de 1961, p. 2.
1962	Comitiva de alunos do Industrial College of the Armed Forces dos EUA visita em São Paulo as instalações industriais da Refinações de Milho Brasil [subsidiária da estadunidense Corn Products Company].	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 27 de abril de 1962, 2º Caderno, p. 4.
1962	Comitiva de cerca de 40 oficiais superiores das três armas, estagiários do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas da ESG, em viagem de estudos a São Paulo e Mato Grosso, visita as instalações da General Motors em São José dos Campos (SP).	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 9 de junho de 1962, p. 7.
1962	Francisco Coutinho, diretor do Jockey Club de S. Paulo apresenta o capitão de mar e guerra João Batista Viana, membro do corpo permanente da ESG diretor do Departamento Cultural da Adesg, e anuncia curso a ser realizado, a partir de 2 de julho, com duração de 26 dias, para divulgação da doutrina de segurança nacional. O curso é organizado em parceria com a Adesg e as aulas, ministradas pela ESG para “convidados especiais no cinema do	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 26 de junho de 1962, 2º caderno, p. 9; 18 de julho de 1962, p. 10; 5 de

²⁷ Escritora francesa, tinha formação socialista, mas apresentava-se como “especialista em comunismo” e converteu-se em ativa militante da campanha anticomunista internacional. Visitou o Brasil e teve obras traduzidas – uma delas, por Carlos Lacerda – e publicadas com o apoio do Ipês. Dreifuss (1981).

²⁸ A expressão “guerra fria” não significa, para ele, aquela guerra não declarada entre EUA e URSS, mas “guerra revolucionária”, acepção derivada das elaborações de Suzanne Labin.

	Hipódromo Paulistano". A palestra do capitão Viana tem por título "A segurança nacional. Conceitos fundamentais". Disse o jornal: "O sucesso dessa iniciativa levou a Associação Comercial de São Paulo a programar também simpósios e debates sobre os ideais democráticos, com a colaboração da Adesg. O curso termina na primeira semana de setembro, tendo sido frequentado, segundo a cronista social Irene de Bojano, por "senhoras, e senhores da nossa sociedade (<i>big shots</i> da indústria, comércio, política, banqueiros etc.) oficiais da Aeronáutica, do Exército e grande número de oficiais de nossa Força Pública". A cronista não fornece detalhes sobre o discurso proferido na ocasião por João Adelino de Almeida Prado Neto, orador da turma de formandos, mas sugere ter sido de linha oposicionista: "o fez com rara propriedade, empolgando a todos que o ouviram, dizendo aquelas verdades que precisam ser ditas e que todos receiam enumerar. Foi um discurso excelente".	setembro de 1962, p. 8.
1962	No clube Harmonia, em São Paulo, o capitão João Batista Viana profere palestra sobre segurança nacional. A atividade faz parte do Curso de Segurança Nacional promovido em parceria com o Lions Clube e a Câmara Júnior de Comércio.	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 29 de agosto de 1962, p. 8.
196	Chega a São Paulo grupo de 40 membros da Adesg para conhecer o parque industrial paulista em missão de estudos sobre assistência social e segurança nacional. O roteiro inclui visitas à fábrica da Companhia Industrial Olivetti, à Cidade de Deus do Banco Brasileiro de Descontos, à Willys Overland do Brasil, à Fontoura Wyeth e à Laminação Nacional de Metais.	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 10 de fevereiro de 1963, p. 5; 16 de fevereiro de 1963, p. 2.
1963	O general Pery Bevilaqua, comandante do II Exército, sediado em São Paulo, dá aula sobre a Doutrina de Segurança Nacional no curso promovido pelo Clube Harmonia em parceria com a Adesg. A aula debate a "importante questão referente ao problema das greves". ²⁹ O curso termina na primeira semana de abril. Trecho	<i>Correio Paulistano</i> , São Paulo, 19 de março de 1963, p. 8; 6 de abril de 1963, p. 8.

²⁹ O general Pery Constant Bevilaqua se encontrava, então, no centro de forte tensão política com entidades sindicais ilegais, também conhecidas como "paralelas", por conta das mobilizações grevistas em curso no estado de São Paulo. Bevilacqua (2001).

	da matéria assinada pela colunista social Irene de Bojano informando sobre os presentes à cerimônia de encerramento do curso, é sugestivo do tipo de contatos que os cursos propiciavam: “Muita gente compareceu, lotando o elegante clube. Assinalamos dona Telinha e o sr. André Faria Pereira Filho, dona Maria Salette e o sr. Clóvis Martins Camargo Filho, dona Izar e o sr. Manoel Berlinck [...]”. Ou seja, evento “social” clássico.	
--	---	--

Considerações finais

A pesquisa que gerou este artigo confirmou as minhas suspeitas iniciais. Eu tomei conhecimento das aproximações civis-militares aqui analisadas por via indireta, já que a historiografia não lhes dá a devida atenção. Enquanto levantava na imprensa informações sobre o empresariado carioca, foram surgindo registros dos contatos entre segmentos da sociedade civil e militares no âmbito de atividades variadas. Suspeitei, então, que se tratava de manifestações práticas de uma identidade ideológica básica e de uma aliança civil-militar em torno de visões classistas dos problemas que configuravam a conjuntura crítica do capitalismo brasileiro no pós-Segunda Guerra Mundial.

O conjunto das informações trabalhadas é, certamente, apenas um recorte estreito do universo de relacionamento civil-militar no país. Constitui, contudo, um forte indicativo de dimensões profundas de uma convergência ideológica que cimentou o caminho para a formação de um campo político de oposição ao bloco de poder dominante no período – de forte conotação nacional-reformista –, para lutar contra o governo de João Goulart desde a sua posse em 1961 e pela sua deposição em 1964. Por fim, a aproximação empresarial-militar contribuiu, fortemente, para a elaboração de um programa político-econômico comum, que seria implementado, uma vez tomado o poder de Estado.

Notas sobre a autoria

Renato Luís do Couto Neto e Lemos é Professor titular do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1978), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1985) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (1997). Pós-doutorado em história do Brasil no CPDOC-FGV (2007) e na Universidade Federal Fluminense (2014). Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordena o Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política (LEMP), grupo de pesquisa reconhecido pelo CNPq. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: militares e política, ditadura militar, justiça militar, anistia, Benjamin Constant, republicanismo e proclamação da República, empresariado e política.

Referências

ARRUDA, Antônio de. *ESG: história de sua doutrina*. São Paulo: GRD; Brasília, DF: INL-MEC, 1980.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BIANCHI, Alvaro. Gramsci, América, América Latina. *Outubro*, São Paulo, n. 31, p. 197-215, 2. sem. 2018.

BRASIL, Rafael do Nascimento Souza. *A Fundação Getúlio Vargas: intelectualidade orgânica e modernização conservadora (1951-1967)*. 2020. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder de (org.). *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; VASCONCELOS, Claudio Beserra de. A aliança empresarial militar e a ditadura brasileira: a atuação de empresários em escolas militares e de integrantes das forças armadas em companhias privadas durante o regime pós 1964. *Brasiliiana: Journal for Brazilian Studies*, Londres, v. 10, p. 200-220, 2021.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Empresas e ditadura, o outro lado: os grupos econômicos perseguidos pelo regime civil-militar brasileiro: o caso das empreiteiras. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 39, n. 79, e23106, 2023.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

DIAS, Sônia. Euvaldo Lodi. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lodi-euvaldo>. Acesso em: 4 jul. 2024.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERRAZ, Francisco César Alves. *À sombra dos carvalhos: Escola Superior de Guerra e Política no Brasil (1948-1955)*. Londrina: Editora UEL, 1997.

GOMES, Luiza das Neves. *Higiene mental e segurança nacional na obra de Antônio Carlos Pacheco e Silva*. 2021. 319 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. A aliança empresarial-militar no Brasil. Anticomunismo e segurança nacional (1949-1964). In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. *Empresariado e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. CONCLAP: estágio superior da militância político-empresarial no Brasil (1959-1964). *História & Luta de Classes*, n. 33, p. 91-105, mar. 2022.

McCANN, Frank D. *A nação armada: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro*. Trad. Sílvio Rolim. Recife: Guararapes, 1982.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *Democracia e defesa nacional: a criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC*. Barueri: Manole, 2005.

OLIVEIRA, Nilda Nazaré Pereira. Do ITA à EMBRAER: a ideia de progresso dos militares brasileiros para a indústria aeronáutica. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: o lugar da história. 17., 2004, Campinas. *Anais [...]*, Campinas: ANPUH/SPUNICAMP, 2004. *Cd-rom*.

PANTOJA, Sílvia. Juarez Távora. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juarez-do-nascimento-fernandes-tavora>. Acesso em: 4 jul. 2024.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. *Cabo das tormentas e vagas de modernidade: uma história da Companhia Nacional de Álcalis e de seus trabalhadores*. Cabo Frio (1943-1964) Arraial do Cabo. 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PERI Bevilacqua [sic]. In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/peri-constant-bevilacqua> . Acesso em: 5 de jul. 2024.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950)*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

RAMOS, Guerreiro. *Condições sociais do poder nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957a.

RAMOS, Guerreiro. *Ideologias e segurança nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957b.

SANTOS, Everton Rodrigo. *Poder e dominação no Brasil: a Escola Superior de Guerra (1974-1989)*. Porto Alegre: Sulina; Novo Hamburgo: FEEVALE, 2010.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Trad. Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1975 [1971].

SUZIGAN, Wilson. Experiência histórica de política industrial no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 16, n. 1, 1996.

TREVISAN, Maria José. *50 anos em 5: A Fiesp e o desenvolvimentismo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os tecno-empresários, a ESG e a ditadura brasileira. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e (org.). *Empresariado e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.